

# Rui admite erros no PT e pede que partido se aproxime do povo

RODRIGO DANIEL SILVA REPORTER

O governador reeleito Rui Costa admitiu que filiado de seu partido, o PT, cometeram erros e pediu que a sua sigla fique mais próxima do povo. Para ele, no entanto, não foi o antipetismo que venceu a eleição presidencial, mas o sentimento da antipolítica. "Esse processo todo mostrou que no PT tinha gente também que estava fazendo coisa errada, mas como ocorre em todos os partidos, sem exceção. Não é filiação partidária que define o comportamento das pessoas. Eu acho que precisamos juntar os homens e as mulheres de bem, que

têm bons propósitos na política, para construir uma nova agenda para que eles se pareça com os principais países do mundo", declarou, em entrevista ao jornal Valor Econômico. O chefe do Palácio de Ondina disse não ter dúvida de que há um distanciamento entre o PT e o povo. "Mas, veja: assim como toda instituição, o PT é composto de gente. E as pessoas têm comportamentos diferentes. Então em muitos lugares, ou nacionalmente, a gente se distanciou. Tanto se distanciou que perdeu a eleição", afirmou. "Os políticos precisam tirar uma lição. Primeiro de tudo, precisam estar mais próximos do povo, ser menos distantes da população. [...] A segunda lição é de que

não podemos ficar reproduzindo acordos políticos que o povo não enxerga como benéficos à sociedade. Acho que é preciso cuidar de temas muito valiosos, como saúde, educação e segurança", acrescentou. Para Rui, a rejeição ao establishment venceu a eleição deste ano. "O povo votou contra os políticos que representavam a política tradicional, contra esse modelo de alianças do tomaladã-cã. Foi esse o recado. Quem por interesse político-partidário quiser fazer a leitura de que foi antipetismo, que faça. O Ciro [Gomes] bateu no PT, o [Geraldo] Alckmin bateu forte no PT a campanha inteira. Se alguém queria votar contra o PT, votava no Alckmin, governador de São Paulo, com



RUI COSTA admitiu que filiado de seu partido, o PT, cometeram erros e pediu que a sua sigla fique mais próxima do povo

experiência de gestão", avaliou. O governador não descartou a hipótese de o PT abrir mão de uma candidatura presidencial em 2022. Lembrou que ele e o senador eleito Jaques Wagner (PT) defenderam que o partido não tivesse um postulante neste ano e apoiasse Ciro Gomes (PDT). "Na política, se você quer o apoio de alguém, tem que admitir a possibilidade de apoiar outra pessoa. Se você acha que só pode receber apoio, nunca apoiar, isso não é uma boa prática política. Se acha que só você presta, e ninguém mais, por que vai querer o apoio de quem não presta?", indagou. Rui Costa afirmou esperar ser tratado de forma "res-

peitosa" pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). O petista baiano evitou criticar o discurso do futuro chefe do Palácio do Planalto de que iria banir "esses marginais vermelhos" do país. "Espero que isso tenha sido apenas a retórica da campanha. Na posse, no dia 1º, ele vai jurar respeito à Constituição brasileira, que é clara ao dizer que vivemos em uma federação, e que Estados e municípios devem ser tratados de forma equânime e respeitosa. É isso que eu espero: um tratamento respeitoso, até porque os 15 milhões de baianos também são 15 milhões de brasileiros", alentou. O governador ressaltou que não teme perder a popularidade com o pacote enviado à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), que corta cargos, reduz estatal e aumenta a contribuição do servidor de 12% para 14% na Previdência estadual. "Não, até porque a reforma que eu fiz em 2014 [com Jaques Wagner, após a eleição] foi maior e mais forte. Eu não teria sido reeleito com 75% dos votos se isso tivesse afetado [a popularidade]. As pessoas querem saber da verdade, estão cansadas da política feita com demagogia", pontuou.

## GOVERNO BOLSONARO

# Leonel aposta em 'inflexão brusca' na política externa



LEONEL LEAL NETO avalia que o governo de Jair Bolsonaro terá uma "inflexão brusca" no relacionamento do Brasil com os demais países

O ex-secretário de Relações Internacionais da prefeitura de Salvador, Leonel Leal Neto, avalia que o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), que inicia no dia 1º de janeiro, terá uma "inflexão brusca" no relacionamento do Brasil com os demais países. Na avaliação dele, as posições ideológicas não deveriam prevalecer em relação aos interesses estratégicos, mas, para Leal, é o que deve acontecer na gestão do capitão reformado. "As declarações tanto do presidente eleito quanto do futuro ministro das Relações Exteriores [o diplomata Ernesto Araújo] sinalizam com uma

mudança bastante significativa. Uma inflexão brusca no relacionamento internacional do país. Resta ver quais as consequências disto. O que o país ganha e que o país perde, se efetivamente se mudam as que foram anunciadas, foram implementadas", declarou, em entrevista à Rádio Câmara Salvador. Leonel Leal acredita que pode haver mudança de postura na equipe presidencial quando assumir. "A expectativa que a gente tem é de que, embora o anunciado, futuro ministro das Relações Exteriores contenha posições atípicas dentro do Itamaraty, quando sentar na cadeira e tomar

consciência da responsabilidade plena pese isso na tomada de decisões", analisou, ao ressaltar que Bolsonaro toma decisão ideológica e não de interesse estratégico ao anunciar que quer transferir a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. O ex-secretário ressaltou que o Brasil sempre teve relações com todos os países. Inclusive, com Cuba e durante a ditadura. "O Brasil foi, por exemplo, o primeiro país a reconhecer a independência da Angola ainda no governo militar. Abriu relações diplomatas com a China. Então, o Brasil sempre teve relações estratégicas com quaisquer países. Mesmo com

aqueles que a gente considera de ditadura de esquerda ou de eventualmente de ditadura de direita", pontuou. Para ele, o programa do governo federal "Mais Médicos" com a participação de cubanos foi um ganho que o país teve. "A população vinha sendo desassistida e durante este período recebeu com o carinho os médicos que vieram contribuir", ressaltou. Na avaliação dele, Bolsonaro, ao pedir para o Brasil não sediar a COP-25 - a conferência anual da ONU para negociar a implementação do Acordo de Paris - sinalizou, para o mundo, que a discussão climática não é um tema prioritário. (RDS)

# Câmara de Salvador aprova 54 projetos de autoria dos vereadores

DA REDAÇÃO

A sessão ordinária de ontem registrou a aprovação, conforme acordo de líderes, de 54 proposições de vereadores. As matérias votadas em plenário compreenderam projetos de lei, resoluções, indicações, moções e requerimentos. Dentre os textos aprovados, por unanimidade, estão o Requerimento nº 170/18, que propõe sessão especial em comemoração aos 32 anos da Delegação de Atendimento à Mulher (Deam), de autoria da vereadora Aladice Souza (PCDoB); e o Projeto de Resolução nº 09/18, que

cria a premiação "Motorista do Ano", que reconhecerá rodoviários que se destacam pelos serviços prestados. Com a presença de representantes da categoria nas galerias, o vereador Hélio Ferreira (PCDoB), idealizador da iniciativa, comemorou a aprovação. "É uma forma de contemplar alguns destes trabalhadores que movimentam esta cidade", declarou. Também aprovado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/18, de autoria do vereador Duda Sanches (DEM), cria espaço específico no Portal da Câmara para registro de projetos propostos pela população. A sessão ordina-

ria desta segunda também marcou o retorno do vereador Claudio Timoco (DE) aos trabalhos legislativos. O legislador, que estava licenciado da Câmara, vinha exercendo a função de titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult). "Pé na Escola" - Com previsão de votação para hoje, o Projeto de Lei denominado Pé na Escola (PL nº 291/2018), de autoria do Poder Executivo, foi avaliado em reunião da Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara Municipal de Salvador. Por 4 votos a 2, os legisladores decidiram rejeitar o relatório apresentado pelo vereador Silvío



A CÂMARA DE SALVADOR aprovou ontem 54 projetos de autoria dos vereadores

Humberto (PSB), com críticas à matéria, e aprovar o voto em separado do vereador Alexandre Aleluia (DEM). Na argumentação do voto em separado, Aleluia destacou o problema de acesso à rede de ensino

básico de Salvador. "Como foi bem explanado na justificativa do projeto de lei, este possui claro objetivo de auxiliar o município a atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005,

de 25 de junho de 2014, bem como o Plano Municipal de Educação de Salvador, que reproduziu metas, como, por exemplo, a ampliação de acesso às crianças de 0 a 3 anos, e a articulação de oferta de matrícula gratuita em creches "credenciadas", ponderou.

### VOTAÇÃO

A sessão ordinária de ontem registrou a aprovação, conforme acordo de líderes, de 54 proposições de vereadores.

# Previdência de Bolsonaro será semelhante a de Temer



JAIR BOLSONARO e a coordenação política precisarão de um bom diálogo para convencer a base que começa a se construir

RODRIGO COSTA CORREIO BRAZILIENSE

A reforma da Previdência gasta pela equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), deve garantir uma economia próxima à da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do governo Michel Temer, aprovada na comissão especial da Câmara. R\$ 650 bilhões. A cúpula militar da equipe de transição e parlamentares do PSL e de partidos que sinalizam entrar na base governista pressionam Bolsonaro e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pela retirada de algumas categorias do texto. A atualização das regras para aposentadoria,

no entanto, não será o único desafio. O engajamento da máquina, o adiamento do reajuste de salário de servidores e o fim da estabilidade no funcionalismo colocará a equipe econômica à prova. O arrocho exercido pelos militares à equipe econômica passou a ser o menor dos problemas para a cúpula de Guedes. Na última semana, Bolsonaro recebeu no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) as bancadas do MDB, do PRB, do PR e do PSDB. O coordenador político, o futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), também se reuniu com integrantes e lideranças dos quatro partidos, além de PSD e Podemos. A importância de aprovação

da reforma da Previdência é unanimidade entre os aliados. Mas a abrangência do texto, não. Alguns líderes defendem uma reforma ampla, que não limite o alcance a categorias trabalhistas. Uma maioria, no entanto, reconhece que será prudente retirar algumas carreiras a fim de ter melhor consenso para a aprovação da PEC nos primeiros seis meses de governo. O recado foi dado a Bolsonaro e transmitido por ele ainda na terça-feira. "Temos, sim, de apresentar uma proposta de emenda. A começar pela reforma da Previdência pública com chance de ser aprovada. Não adianta ter uma proposta ideal que vai ficar na Câmara ou no Senado. O prejuízo seria mul-

to grande. A ideia é começar pela idade, atacar os privilégios", pontuou. O presidente eleito e a coordenação política precisarão de um bom diálogo para convencer a base que começa a se construir. Entre as bancadas com as quais Bolsonaro e Lorenzoni se reuniram na semana, apenas o MDB não terá na próxima legislatura um parlamentar que tenha feito carreira nos quadros da União. Mas PSL, PRB, PR, PSDB e PSD dispõem de um total de 40 deputados de origem no setor público, o equivalente a 23% do acumulado entre as cinco bancadas na Câmara — quase um quarto, aponta a Quêiroz Assessoria Parlamentar e Sindical.